



### **III ENCONTRO INTERNACIONAL EM DEMOCRACIA AMBIENTAL**

#### **“Ambiente de todos, ambiente para todos: ativismo ambiental como parte da solução”**

A Comissão Científica do III ENCONTRO INTERNACIONAL EM DEMOCRACIA AMBIENTAL torna pública as listas de trabalhos aprovados para o evento científico.

Informa que:

1 – Os trabalhos aprovados aparecem em duas listas, uma para apresentação nos GTs. 1, 2, 3 e 4 – no dia 16 de outubro de 2024 (quarta-feira); e outra para apresentação nos GTs. 5, 6, 7 e 8 – no dia 17 de outubro de 2024 (quinta-feira).

2 – Nas colunas o(s) autor(es) poderá(ão) identificar seu trabalho pelo título (sem menção à autoria), e seu GT correspondente.

3 – Segundo regras do evento (edital 01/2024) a Comissão Científica fez o direcionamento para os GTs. Pedimos que o(s) autor(es) preste(m) atenção para o GT indicado, bem como para o dia da apresentação oral.

4 – A ordem das apresentações, bem como suas dinâmicas (tempo e debate) serão estabelecidas por cada coordenação de GT, logo no início dos trabalhos. Portanto, a lista a seguir pode não corresponder à ordem das apresentações dos trabalhos.

5 – Segundo regras do evento (edital 01/2024), os trabalhos somente poderão ser apresentados pelos autores regularmente inscritos no evento. Não será conferido certificado de apresentação para os autores não inscritos.

6 – Para que o trabalho possa ser publicado em um dos veículos (em revistas parceiras, ou e-book), o trabalho precisa ser apresentado oralmente, e posteriormente enviada a versão definitiva (atendidas as possíveis sugestões da coordenação do GT no momento da apresentação).

7 – Após o período de envio das versões definitivas, a Comissão Científica fará a seleção dos trabalhos direcionados para as revistas parceiras, bem como aqueles que serão publicados em forma de capítulo de livro (e-book do evento), e comunicará seus autores.

20 de setembro de 2024.

Comissão Organizadora e Científica

**TRABALHOS APROVADOS PARA APRESENTAÇÃO NO DIA 16 DE OUTUBRO DE  
2024 (QUARTA-FEIRA)**

<b>TÍTULO DO TRABALHO</b>	<b>GRUPO DE TRABALHO</b>
<b>Os impactos das mudanças climáticas em países-ilha socioeconomicamente vulnerabilizados: A questão dos refugiados ambientais a partir do microestado de Tuvalu como estudo de caso</b>	<b>GT 1 – ATIVISMO CLIMÁTICO</b>
<b>A emergência do princípio da justiça tributária climática: interações entre justiça tributária e defesa do meio ambiente na nova principiologia do Sistema Tributário Nacional</b>	<b>GT 1 – ATIVISMO CLIMÁTICO</b>
<b>A viabilidade econômica dos SAF's no mercado de aviação</b>	<b>GT 1 – ATIVISMO CLIMÁTICO</b>
<b>Transição Justa: o papel da Aliança Internacional de Catadores nas negociações do Tratado Global de Plásticos</b>	<b>GT 1 – ATIVISMO CLIMÁTICO</b>
<b>Mudanças climáticas em âmbito local: a formulação da política climática em nível municipal</b>	<b>GT 1 – ATIVISMO CLIMÁTICO</b>
<b>Estratégias urbanas integradas para emergências climáticas: adaptação baseada em ecossistemas em Santos-SP</b>	<b>GT 1 – ATIVISMO CLIMÁTICO</b>
<b>Acordo de Paris: como o Brasil pode alinhar planejamento público e recursos para cumprir as metas climáticas</b>	<b>GT 1 – ATIVISMO CLIMÁTICO</b>
<b>Desafios socioeconômicos enfrentados pelos refugiados ambientais: Uma análise panorâmica global e com foco no acolhimento e na inserção destes refugiados no seio da sociedade brasileira</b>	<b>GT 1 – ATIVISMO CLIMÁTICO</b>
<b>Gestão de riscos climáticos: estudo da cidade de Santos</b>	<b>GT 1 – ATIVISMO CLIMÁTICO</b>
<b>Reflexões sobre a participação social para a implementação da Política Estadual de Recursos hídricos no Maranhão, Pré Amazônia brasileira</b>	<b>GT 2 – ATIVISMO E ÁGUA</b>
<b>Logística Reversa da Água: um caminho para sustentabilidade</b>	<b>GT 2 – ATIVISMO E ÁGUA</b>
<b>Direito transnacional e o novo constitucionalismo latino-americano: o reconhecimento dos rios como ente vivo e portador de direitos</b>	<b>GT 2 – ATIVISMO E ÁGUA</b>
<b>Governança das águas superficiais no maranhão: análise da qualidade na bacia do rio Itapecuru, Maranhão e a urgência de ações para evitar a crise hídrica</b>	<b>GT 2 – ATIVISMO E ÁGUA</b>
<b>Capacidade adaptativa da vulnerabilidade em estuários tropicais: desafios e direcionamentos da gestão e democracia ambiental</b>	<b>GT 2 – ATIVISMO E ÁGUA</b>
<b>Os caminhos da Água e suas relações: um diálogo entre Brasil e Noruega</b>	<b>GT 2 – ATIVISMO E ÁGUA</b>
<b>Vozes do Ylê Axé de Yansã: enfrentando a injustiça ambiental e alimentar através do ativismo</b>	<b>GT 3 – DIVERSIDADE E MEIO AMBIENTE</b>
<b>Desafios de proteção social adaptativa no contexto brasileiro de crises sinérgicas</b>	<b>GT 3 – DIVERSIDADE E MEIO AMBIENTE</b>
<b>Diagnóstico do abastecimento de água e tratamento de esgoto em empreendimentos e residências tangentes à orla de São Luís/MA</b>	<b>GT 3 – DIVERSIDADE E MEIO AMBIENTE</b>
<b>Multidimensionalidade do sofrimento social em desastres relacionados a eventos hidrológicos opostos: Um Estudo Comparado Dos Discursos Jornalísticos</b>	<b>GT 3 – DIVERSIDADE E MEIO AMBIENTE</b>
<b>Solo-cinza para pavimentos rodoviários</b>	<b>GT 3 – DIVERSIDADE E MEIO AMBIENTE</b>

<b>Ativismo judicial na defesa do meio ambiente: estado democrático de direito da Constituição Federal de 1988</b>	<b>GT 3 – DIVERSIDADE E MEIO AMBIENTE</b>
<b>Segurança pública: Um debate sobre efetividade da polícia militar por meio da ostensividade e do militarismo em Manaus.</b>	<b>GT 3 – DIVERSIDADE E MEIO AMBIENTE</b>
<b>Direitos humanos e a proteção do meio ambiente: notas sobre o mercado interno regulado de carbono no Brasil</b>	<b>GT 3 – DIVERSIDADE E MEIO AMBIENTE</b>
<b>(In)existência de instrumentos de controle social como ferramenta de participação popular na execução da política de resíduos sólidos em um município na Amazônia brasileira</b>	<b>GT 4 – ATIVISMO E SANEAMENTO BÁSICO</b>
<b>Aspectos da privatização do saneamento básico no Brasil</b>	<b>GT 4 – ATIVISMO E SANEAMENTO BÁSICO</b>



### **III ENCONTRO INTERNACIONAL EM DEMOCRACIA AMBIENTAL**

**“Ambiente de todos, ambiente para todos: ativismo ambiental como parte da solução”**

**TRABALHOS APROVADOS PARA APRESENTAÇÃO NO DIA 17 DE OUTUBRO DE 2024 (QUINTA-FEIRA)**

<b>TÍTULO DO TRABALHO</b>	<b>GRUPO DE TRABALHO</b>
<b>Uma abordagem holística da justiça –ambiental e do acesso à justiça</b>	<b>GT 5 – ATIVISMO JUDICIAL E MEIO AMBIENTE</b>
<b>Ativismo judicial ou controle de constitucionalidade: análise do caso da vaquejada ante a Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 4983</b>	<b>GT 5 – ATIVISMO JUDICIAL E MEIO AMBIENTE</b>
<b>Processos estruturais e meios alternativos de resolução de conflitos como soluções aos processos ambientais tradicionais</b>	<b>GT 5 – ATIVISMO JUDICIAL E MEIO AMBIENTE</b>
<b>Aterro sanitário em Iranduba/AM: aspectos jurídicos e participação democrática popular</b>	<b>GT 5 – ATIVISMO JUDICIAL E MEIO AMBIENTE</b>
<b>Ativismo judicial na tutela do meio ambiente: excesso no exercício das competências constitucionais ou tutela legítima de bens indisponíveis?</b>	<b>GT 5 – ATIVISMO JUDICIAL E MEIO AMBIENTE</b>
<b>Panorama quantitativo e descritivo da atuação do Ministério Público do Estado de São Paulo na proteção ambiental em São Carlos (2016-2023)</b>	<b>GT 5 – ATIVISMO JUDICIAL E MEIO AMBIENTE</b>
<b>Diagnóstico da atuação do Ministério Público do Estado de São Paulo em São José do Rio Pardo a partir de conflitos ambientais institucionalizados</b>	<b>GT 5 – ATIVISMO JUDICIAL E MEIO AMBIENTE</b>
<b>Importância da prova pericial para a liquidação da sentença coletiva ambiental</b>	<b>GT 5 – ATIVISMO JUDICIAL E MEIO AMBIENTE</b>
<b>Inefetividade judicial do combate ao desmatamento ilegal da Amazônia Legal</b>	<b>GT 5 – ATIVISMO JUDICIAL E MEIO AMBIENTE</b>

<b>Conselhos participativos: inclusão e paradoxos da gestão democrática das cidades</b>	<b>GT 6 – ATIVISMO E O PLANEJAMENTO URBANO</b>
<b>Advocacy for Reurb-s in a multi-risk scenario: the case of the urban informal settlement ‘Ocupação Em Busca de Uma Moradia’</b>	<b>GT 6 – ATIVISMO E O PLANEJAMENTO URBANO</b>
<b>Ocupação e grandes projetos econômicos na Amazônia: a formação de campos de disputas e o avanço das fronteiras a partir de políticas do Estado brasileiro</b>	<b>GT 6 – ATIVISMO E O PLANEJAMENTO URBANO</b>
<b>Mudanças climáticas e sustentabilidade nas comunidades: iniciativas para alcançar o ODS 11 sob a luz do Projeto Pescadores de Histórias, CubatãoSP.</b>	<b>GT 6 – ATIVISMO E O PLANEJAMENTO URBANO</b>
<b>A mobilização da sociedade civil pela preservação da memória dos bairros no município de São Paulo</b>	<b>GT 6 – ATIVISMO E O PLANEJAMENTO URBANO</b>
<b>Instrumentos de política pública de desperdício alimentar nos países da América do Sul: um olhar sobre a gestão urbana sustentável</b>	<b>GT 6 – ATIVISMO E O PLANEJAMENTO URBANO</b>
<b>A (in)constitucionalidade da Lei n.º 6.001/ 1973 quanto ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e a mineração de pequena escala em terras indígenas em São Gabriel da Cachoeira/AM: um instrumento econômico como alternativa à exploração predatória para sobrevivência física e cultural?</b>	<b>GT 7 – POPULAÇÕES TRADICIONAIS, AMBIENTE E ATIVISMO</b>
<b>Agronegócio e insegurança alimentar no Brasil: os efeitos adversos sobre as comunidades indígenas</b>	<b>GT 7 – POPULAÇÕES TRADICIONAIS, AMBIENTE E ATIVISMO</b>
<b>Reparação Comunitária Integral em território da pesca artesanal no enfrentamento ao desastre-crime do petróleo e da COVID-19</b>	<b>GT 7 – POPULAÇÕES TRADICIONAIS, AMBIENTE E ATIVISMO</b>
<b>Exploring Co-creation, Visual Law and Legal Design to bridging legal understanding to groups in vulnerable situations</b>	<b>GT 7 – POPULAÇÕES TRADICIONAIS, AMBIENTE E ATIVISMO</b>
<b>A abordagem de normas jurídicas ambientais no cenário do Festival Folclórico de Parintins: a importância das agremiações folclóricas dos BoisBumbás como mecanismo popular de disseminação do Direito Ambiental no Amazonas e como forma de resistência e resiliência da cultura indígena</b>	<b>GT 7 – POPULAÇÕES TRADICIONAIS, AMBIENTE E ATIVISMO</b>
<b>O acesso à saúde como requisito fundamental de liberdade das populações ribeirinhas do Amazonas</b>	<b>GT 7 – POPULAÇÕES TRADICIONAIS, AMBIENTE E ATIVISMO</b>
<b>Lei do transporte zero em MT: ausência de democracia ambiental, ausência do direito a comunicação e a negação do modo de vida ribeirinho</b>	<b>GT 7 – POPULAÇÕES TRADICIONAIS, AMBIENTE E ATIVISMO</b>

<b>Restauração ecológica em uma comunidade de matriz africana praticante do Candomblé (Araras, SP, Brasil)</b>	<b>GT 7 – POPULAÇÕES TRADICIONAIS, AMBIENTE E ATIVISMO</b>
<b>Integração do conhecimento para a gestão pesqueira</b>	<b>GT 7 – POPULAÇÕES TRADICIONAIS, AMBIENTE E ATIVISMO</b>
<b>Modelo conceitual para autogestão do território: aplicação da ciência cidadã como instrumento de gestão do turismo de base comunitária e do extrativismo sustentável por comunidades tradicionais</b>	<b>GT 7 – POPULAÇÕES TRADICIONAIS, AMBIENTE E ATIVISMO</b>
<b>(I)legalidade no uso do mercúrio em garimpos: participação popular no Território Médio Juruá.</b>	<b>GT 7 – POPULAÇÕES TRADICIONAIS, AMBIENTE E ATIVISMO</b>
<b>Intersecções entre gestão ambiental e gênero: o caso da reserva extrativista das quebradeiras de coco do babaçu</b>	<b>GT 7 – POPULAÇÕES TRADICIONAIS, AMBIENTE E ATIVISMO</b>
<b>Paradoxos das energias renováveis: os significados psicossocioambientais de comunidades afetadas por atividades mineradoras: A exploração de lítio em Boticas, Portugal, como estudo de caso</b>	<b>GT 7 – POPULAÇÕES TRADICIONAIS, AMBIENTE E ATIVISMO</b>
<b>Além do utilitarismo: direitos da natureza e a reconfiguração da legislação ambiental à luz da ética biocêntrica</b>	<b>GT 8 – ATIVISMO NORMATIVO</b>
<b>A Extrafiscalidade para promoção do Desenvolvimento Sustentável: Reflexões sobre a Criação do ICMS Ecológico no Estado do Amazonas.</b>	<b>GT 8 – ATIVISMO NORMATIVO</b>
<b>Políticas públicas de participação social no Brasil: instrumentos e contradições do governo federal</b>	<b>GT 8 – ATIVISMO NORMATIVO</b>
<b>Ativismo normativo: marco regulatório de bioinsumos no Brasil</b>	<b>GT 8 – ATIVISMO NORMATIVO</b>
<b>Participação pública no planejamento hídrico em Portugal: a revisão do PGRH Madeira 2022-2027</b>	<b>GT 8 – ATIVISMO NORMATIVO</b>